

XXVII CIMEIRA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DE ANDORRA

21 de abril de 2021

COMUNICADO ESPECIAL SOBRE PANDEMIAS

Os Chefes de Estado y de Governo dos países ibero-americanos, reunidos de forma semipresencial em Soldeu, Andorra, por ocasião da XXVII Cimeira Ibero-Americana, presidida por Andorra:

Expressam o seu pesar pela perda de vidas humanas causadas pela pandemia de COVID-19 e o impacto que teve nas pessoas afetadas pela doença e nas suas famílias, bem como no pessoal e nos serviços de saúde.

Confirmam os múltiplos efeitos da pandemia COVID-19 em todas as áreas das sociedades e economias, assim como o impacto desproporcional que teve nos setores mais vulneráveis, incluindo pessoas em condição de pobreza e com deficiência, mulheres e meninas, idosos e povos indígenas, aprofundando as lacunas e desigualdades existentes.

Reconhecem o trabalho realizado pela Organização Mundial da Saúde para combater a pandemia e, em particular, a resolução sobre a resposta ao COVID-19, aprovada na 73ª Assembleia Mundial da Saúde. Da mesma forma, destacam o processo de revisão de suas capacidades, materializado na formação do Painel Independente para Preparação e Resposta à Pandemias (IPPR) e o trabalho que está a realizar o Comité de Revisão do Regulamento Sanitário Internacional (RSI-2005) e o Comité Independente de Assessoria e Supervisão do Programa de Emergências de Saúde da OMS (IOAC), estimando que as suas recomendações serão essenciais para orientar os esforços dos Estados para melhorar a sua preparação face às pandemias.

Reafirmam que o desenvolvimento dos meios de tratamento e diagnóstico tem sido parte essencial para enfrentar a doença COVID-19 e que o acesso e a distribuição universal de vacinas desempenham papel fundamental na resposta à pandemia, conforme estabelece a Resolução 74 / 247, aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 3 de abril de 2020.

Expressam a sua preocupação com a alta probabilidade de que fenómenos como este voltem a ocorrer e destacam que a pandemia COVID-19 deixou claro que o trabalho conjunto e coordenado de todos os atores envolvidos numa resposta multidimensional a este tipo de crise é essencial e que a prevalência dos princípios do multilateralismo é fundamental.

Destacam a importância do Regulamento Sanitário Internacional como instrumento normativo existente que busca responder, de forma coletiva, ágil, assertiva e colegial, com base na cooperação internacional, aos eventos que colocam em risco a saúde pública; enfatizam a importância de fortalecer a sua implementação; e exortam os países a que cumpram as disposições ali contidas em relação à apresentação oportuna de informações, a fim de permitir a monitorização abrangente da evolução de eventos de interesse para a

saúde pública, como a pandemia COVID-19, para que os Estados Parte realizem a gestão de risco que lhes corresponda.

Consideram ser fundamental a melhoria da arquitetura global da saúde através da adoção, na próxima Assembleia Mundial da Saúde, de uma resolução sobre a reforma do sistema de preparação e resposta a emergências da OMS. Acolhem com satisfação a proposta de estabelecer um tratado internacional sobre pandemias, que complemente as normas sanitárias vigentes.

Tal esforço, orientado pelos princípios da solidariedade e da equidade, exigirá a interação entre os setores público e privado e as múltiplas organizações da sociedade civil para atingir o objetivo em benefício da comunidade internacional e, dentro dela, dos setores mais vulneráveis.

No cenário de pós-vacinação, fazem um apelo aos países a adoptar soluções provenientes do sistema multilateral, especialmente da Organização Mundial da Saúde, no momento de reconhecer ou homologar as diferentes vacinas que se administram com a finalidade de facilitar a mobilidade das pessoas.